

1 Ata número 01/2007, reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Ponta Grossa,  
2 realizada na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, ao dia trinta de janeiro de dois mil e  
3 sete às 19:00 horas, estando presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes: Edson Alves, Lenir  
4 Monastirsky, Maria Lucia T. Vettorazzi, Giana C. P. Machado, Luiz Jacintho Siqueira, João Fernando  
5 Ferrari, José dos Passos Neto, Cristina de C. Faria, Neumari P. da Cunha, César José Campagnoli,  
6 Silmara Aparecida P. da Luz, Genecilda Lourenço Gotardo, Eugênio Francisco da Rosa, Paulo César  
7 Facin, Valmir de Santi, Cleiber Marcio Flores, e os participantes: Armando Varela (MST) Edite F. de  
8 Andrade, Neumari de Souza Leite, Jurandir Miguel de Oliveira e Valéria Maria Koehler. Verificada a  
9 presença de quorum a Presidente Neumari deu as boas vindas a todos, procedendo a reunião com o  
10 primeiro assunto da pauta **Aprovação das Ata 015/2006** - O conselheiro Paulo Facin e o conselheiro  
11 José dos Passos Neto pediram alterações, portanto a aprovação da Ata 015/2006 ficará para a próxima  
12 reunião. **Primeiro Item da Ordem do Dia** – A Presidente apresentou os crachás que serão utilizados  
13 nas próximas reuniões deste Conselho, explicou que estes serviam para se ter um maior controle das  
14 entidades que estavam participando e ainda, para facilitar a contagem dos votos em alguma votação.  
15 Disse também que todos deverão ser apanhados ao início das reuniões e devolvidos ao término da  
16 mesma. **Segundo Item da Ordem do Dia** – Apresentação do Parecer das Comissões de  
17 Acompanhamento de Atenção Básica e Gestão de Trabalho no SUS, sobre o projeto das Unidades de  
18 Saúde e Apoio – U.S.A. e posteriormente votação do referido Projeto; O Conselheiro Coradassi passa  
19 aos demais conselheiros uma cópia do parecer que se encontra em anexo desta ata, para que todos  
20 possam acompanhar e ao término da leitura, menciona a reunião feita entre as duas comissões na  
21 quarta-feira, dia 25/01/07, onde foram discutidos apenas os aspectos legais do projeto referente às  
22 Unidades de Saúde e Apoio. A Presidente Neumari questiona se alguém gostaria de fazer alguma  
23 colocação diante do Parecer das Comissões antes que o projeto fosse levado para votação. O  
24 Conselheiro Edson Alves, representante do **gestor manifesta-se dizendo que “nós quando**  
25 **apresentamos este projeto, já estávamos vislumbrando lá na frente o projeto C.A.S. (Centro de**  
26 **Atendimento a Saúde) que, aliás, foi aprovado por este conselho e foi contemplado no Plano**  
27 **Municipal de Saúde. Vejo uma incoerência quando se aprova um C.A.S que é um, aliás, a U.S.A.**  
28 **é um pré-projeto para um C.A.S.** Então eu me sinto, sinceramente frustrado diante das considerações  
29 apresentadas por essas duas Comissões e quero que se manifeste aqui que o Conselho através destas  
30 duas comissões esta arcando com as responsabilidades. E dizer que cada vez mais nós nos encontramos  
31 frente a obstáculos que, em vez de nós avançarmos tentando um favorecimento da população, desta  
32 comunidade que precisa, cada vez mais nós retrocedemos, às vezes até não sei se foi... Não por  
33 incompetência desse Conselho, destas Comissões, mas talvez até por, tendenciosamente, não sei. Mas  
34 eu não senti muita clareza quando se coloca esta parte desfavorável em questão aos U.S.A.s. Sei que  
35 isso aí vai trazer, primeiro prejuízo porque nós já estávamos com o U.S.A. da Nova Rússia totalmente  
36 reformado e já em condições de ser utilizado. Estávamos já na pretensão de que, no início da  
37 construção dos C.A.S. nós prevíamos uma, antecipando, digamos assim, uma visão melhor dos C.A.S.  
38 porque teríamos através dos U.S.A.s essas condições. Infelizmente, coisa que não é possível. O  
39 Conselho, as Comissões já se definiram vamos acatar porque somos responsáveis e acreditamos que  
40 devemos acatar o que foi atestado aqui. Mas, manifesto aqui e faço questão que conste em ata, como  
41 Gestor, a minha insatisfação e a minha descrença e principalmente a minha desilusão em respeito ao  
42 que foi dito aqui neste parecer”. A Presidente Neumari esclarece que esta foi a opinião das comissões e  
43 que agora é que se vai votar, afirma que cada conselheiro tem a liberdade de acatar ou não o Parecer  
44 das Comissões. O Conselheiro Coradassi assegura que o Parecer foi feito com base na legislação e em

45 critérios técnicos, especifica que U.S.A. e C.A.S. independem um do outro para seu funcionamento e  
46 diz que não tem nada a ver se aprovar os C.A.S. ou se aprovar um projeto onde o tipo de gestão dos  
47 serviços prestados não atende a legislação. O Conselheiro Valmir afirma que nada impede que a  
48 Prefeitura abra o C.A.S. e U.S.A. com recursos próprios, que o que ta sendo aprovado aqui e como foi  
49 dito no parecer das comissões é que não cumpriram com as normas legais, não apresentaram os  
50 documentos necessários para que as pessoas pudessem fazer a aprovação, então na realidade a forma é  
51 que esta sendo julgada. O Conselheiro Coradassi complementou dizendo que não se pode ceder para  
52 uma empresa privada um gerenciamento do setor público, mesmo por processo licitatório, o que se  
53 pode é no máximo ter um compartilhamento com alguma outra empresa também servindo aos  
54 interesses dos usuários; mas a Prefeitura, enquanto Gestor, tem que estar junto na Unidade. O  
55 Conselheiro Valmir sugere que este Parecer conste em ata para que caso se faça necessário, ter onde  
56 consultar e por fim ficou certo de que este Parecer seria anexado a ata 01/2007. Por solicitação dos  
57 demais o Conselheiro Coradassi explica que a SMANJ (Secretaria Municipal de Administração e  
58 Negócios Jurídicos) não é contra terceirização, mas pede documentos que comprovem o esgotamento  
59 da capacidade de contratação, os quais não foram apresentados pela prefeitura embora tenham sido  
60 solicitados os documentos que comprovassem o esgotamento da capacidade de atendimento e pessoal  
61 da área de saúde, estando tudo isso presente na ata do mês de setembro. Explica ainda, que as  
62 comissões são desfavoráveis ao projeto pois esse diz respeito tanto a parte física quanto a parte de  
63 gestão, a logística, e foi avaliando a todos estes critérios que se pode chegar a uma conclusão. O  
64 Conselheiro Edson questiona a conclusão do Parecer que mostrava as comissões como desfavoráveis à  
65 implantação das Unidades de Saúde e Apoio no Município de Ponta Grossa e não do Projeto. Erro  
66 ratificado, tendo em vista que o que foi analisado pelas duas comissões foi um documento que era o  
67 Projeto que foi enviado para o Conselho. O Conselheiro Campagnoli pergunta quantos conselheiros  
68 aprovaram o relatório das duas comissões, quais estavam presentes na reunião e se havia sido feito uma  
69 ata desta mesma reunião. O Conselheiro Coradassi responde mais uma vez dizendo que tem ata pois  
70 normalmente fazem anotações das reuniões, disse ainda que os presentes eram: ele, Carlos Eduardo  
71 Coradassi e os conselheiros Paulo Facin, Cristina de C. Faria, João Fernando Ferrari, Vanduir A. da  
72 Silva Gobbo, Francisco Marochi, totalizando seis participantes. O Conselheiro Edson Alves sugere  
73 então que, se fosse o caso, enviariam o documento embora na sua opinião essa capacidade de  
74 contratação esgotada já estivesse mais do que visível e provada. Sugere também que se caso for  
75 acontecer mesmo a votação que as comissões explicassem aos demais o que são as Unidades de Saúde  
76 e Apoio, pois muitos dos presentes poderiam já ter até esquecido. O Conselheiro Valmir diz que será  
77 preciso verificar outras legislações, pois segundo o próprio Parecer não é somente a questão da  
78 contratação que pesou na formulação do parecer. O Conselheiro Luiz Jacintho sugere então que se  
79 façam alterações no projeto, para depois sim ir para a votação. Dr. Edson concorda e diz que se eles  
80 não conseguirem se adequar, “paciência” mas que se as comissões e o Conselho permitir podem ir atrás  
81 dos quesitos que foram levantados. A Presidente Neumari fez uma colocação a respeito do processo das  
82 U.S.A. dentro do CMS, informando sobre a ligação feita no início do mês de janeiro pelo Prefeito  
83 Municipal, Pedro Wosgrau Filho, onde ele pedia que independentemente da aprovação ou não, seria  
84 bom que houvesse alguma notícia, alguma resposta do Conselho, algum parecer desfavorável ou não  
85 sobre o assunto. Menciona que os tramites legais que deveriam ser feitos dentro do Conselho já foram  
86 cumpridos, passou por reuniões discussões, com as comissões, com a Secretaria e por isso, deixa a  
87 cargo da Plenária decidir se haverá votação ou não sobre as U.S.A. como estava indicado na pauta. Há  
88 o questionamento de que caso não seja aprovado o projeto, qual seria o tempo que a Secretaria de

89 Saúde teria para adequá-lo e tanto Conselheiro Campagnoli, quanto o Conselheiro Valmir e o  
90 Conselheiro Coradassi sugerem um prazo de uma semana. O Gestor apresenta interesse em procurar  
91 resolver as questões apontadas no Parecer e dar uma resposta ao Conselho, a conselheira Maria Lúcia  
92 Vetorazzi pede formalmente ‘vistas’ ao parecer, considerando que vota-lo torna-se inviável nesta  
93 mesma reunião. O CMS, através da Mesa Diretora, fica de apresentar oficialmente este parecer para o  
94 Secretário de Saúde. O Conselheiro Valmir faz um questionamento sobre o limite prudencial, pois  
95 segundo ele, não consegue entender como é possível já que aumentou o volume de arrecadação,  
96 diminui o quadro de funcionários, houve redução de despesas e continuamos no limite prudencial. Diz  
97 que, esses dados não condizem com a insistência em tantas terceirizações e que aí sim pode haver  
98 alguma manobra feita sobre a terceirização, pois parece que está havendo sim uma redução de  
99 custo/pessoal que não acompanha a arrecadação municipal. O Conselheiro Coradassi ressalta que uma  
100 das coisas que pesou bastante para o resultado do parecer foi o tipo de gestão apresentado no projeto,  
101 porque neste consta que a gestão será externa, terceirizada, feita por uma empresa e existe uma  
102 deliberação do Conselho Nacional de Saúde que isto não pode acontecer e que todos, enquanto  
103 Conselheiros Municipais não podem ir contra uma deliberação do Conselho Nacional. A Presidente  
104 Neumari finaliza o assunto dizendo que vai constar o pedido de vistas diante do Parecer, que será  
105 repassado ao gestor e que irá se aguardar na seqüência os acontecimentos. **Terceiro Item da Ordem do**  
106 **Dia** – Apresentação do Grupo Fauna de Proteção aos Animais sobre a problemática do Controle da  
107 População animal no Município de Ponta Grossa; Andresa, Segunda Secretária do Grupo Fauna,  
108 apresenta-se e justifica o espaço cedido ao Grupo no CMS como sendo a antiga problemática do  
109 número cães nas ruas da cidade. Caracteriza o Grupo Fauna comentando que é uma entidade voluntária  
110 desde 1999 e que luta pela aprovação da lei 6179/99 que dispõe sobre o controle da população animal.  
111 Continua a explanação sobre o assunto, utilizando o multimídia, mostra uma simulação do número de  
112 castrações relacionado ao número de cães para ressaltar que é importante estar fazendo um plano de  
113 metas para o controle de população animal e não apenas fazer um número de X de castração-mês sem o  
114 devido planejamento. O Conselheiro Paulo Facin comenta que está sendo vista a possibilidade de  
115 realização de um projeto de extensão com a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), Andresa  
116 retoma a explanação explicando o que seria necessário para controlar a população animal, a principio  
117 seria interessante traçar o Plano de Metas, o qual deveria ter base em dados concretos obtidos através  
118 de um Censo do número de animais com apoio de Agentes Comunitários de Saúde. Poderia e deveria  
119 ser criado um Programa permanente: “Educação para Tutela Responsável dos Animais” devido ao fato  
120 de que a maioria dos animais que estão nas ruas tem dono. Fazer o Registro Geral Animal (RGA)  
121 através de chips que aliarão o número do Registro Animal ao RG do dono, tornando-se uma forma, a  
122 longo prazo, de se trabalhar a posse responsável atuando o dono por soltura, maus tratos. O item cinco  
123 seria a realização de um número de castrações suficientes, baseados no resultado do Censo Animal e  
124 por fim a criação de uma Clínica Veterinária Popular para atendimento permanente dos animais, tanto  
125 aqueles de rua, como aqueles pertencentes a famílias carentes. Apresenta ainda os dados do CastraCão,  
126 projeto realizado pelo Grupo em 2003/2004 e que obteve ótimos resultados. O Conselheiro Cleiber  
127 sugere a colocação da apresentação em ata para que no caso de haver, mais uma vez, um superávit no  
128 orçamento da saúde, possam ser vistas ações que poderiam ter sido realizadas com o dinheiro que  
129 estará tendo de ser devolvido. Andresa pede ao Conselheiro Coradassi que explique de onde e porque  
130 existe uma verba que propiciou a parceria em 2003/2004 para a castração dos animais dom o Gestor  
131 Municipal daquela época. Segundo ele, a verba vem do Teto Epidemiológico porque essas ações se  
132 justificam pelo controle de doenças, visto que uma mordedura acarreta na rede pública uma série de

133 medidas a serem tomadas, incluindo remédios, vacinas, ações preventivas. O Conselheiro Edson  
134 acredita que tem responsabilmente um cachorro e que é importante divulgar a posse responsável. Diz-  
135 se preocupado com a população canina solta nas ruas em Ponta Grossa, disse também que a Secretária  
136 de Saúde é responsável pela compra de ração, chip e o medicamento e a Secretaria de Agricultura ficou  
137 responsável pela captura, armazenamento, manutenção do veículo e que isto foi decidido em uma reunião  
138 na semana anterior. Informou que o Canil Municipal está reformado e que o Prefeito anseia que esta  
139 situação dos animais de rua seja resolvida o quanto antes. Diz também que pretende se informar sobre o  
140 recurso da Epidemiologia que pode ser utilizado e propôs uma reunião entre o Gestor e o Grupo Fauna  
141 para que se possam ser discutidas as metas e ações a serem tomadas. Mencionou a questão da raiva,  
142 ressaltou que considera importante esta questão dos animais mas que acredita ser mais importante se  
143 preocupar com a saúde do ser humano. O conselheiro Coradassi fez uma ressalva sobre a questão  
144 financeira da Secretaria de Agricultura que não tem dotação orçamentária e também, que segundo o  
145 Tribunal de Contas não se pode utilizar recursos oriundos de uma secretaria e pessoal para aplicar as  
146 ações vindo de outra. O Conselheiro Paulo Facin relata que o Grupo Fauna recebeu a proposta de  
147 assumir a execução da lei, pela Secretaria de Meio Ambiente, mas a resposta foi negativa visto que o  
148 Grupo não teria condições de fazer-se cumprir uma Lei Municipal, diz ainda que a própria lei dá as  
149 ONGs Municipais o papel de fiscalizar as ações feitas pela Prefeitura e não fazê-las no lugar dela,  
150 mesmo assim, muitas das vezes acabaram tendo de fazer as castrações. Andresa explica que o Canil  
151 Municipal, 'liberado' desde maio, não tem função de resolver o problema dos animais de rua tornando-  
152 se um depósito mas, sim, uma função no pós-operatório dos animais castrados por processo cirúrgico e  
153 que são devolvidos ao local de origem. Diz que o que foi apresentado ali e o que diz respeito a  
154 castração cirúrgica no plano de zoonoses é uma recomendação do O.M.S. (Organização Mundial de  
155 Saúde) e que se Ponta Grossa conseguir cumprir tudo poderá se tornar um exemplo a nível de Brasil, já  
156 que todas estas ações estão previstas em lei. O Conselheiro Paulo Facin enfatiza que as 13 castrações  
157 efetuadas até o momento na Clínica Veterinária Hospital Vida não tiveram seu pagamento efetuado. A  
158 Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde sugere que um representante do Gestor, o Grupo Fauna e  
159 mais algum conselheiro que tenha interesse, sentem e projetem uma proposta para apresentar na  
160 próxima reunião deste conselho. A Conselheira Genecilda Lourenço Gotardo e o conselheiro Paulo  
161 Facin se dispuseram a participar desta comissão. **Quarto Item da Ordem do Dia** – Votação do  
162 calendário de reuniões ordinárias do ano de 2007; As reuniões ordinárias do CMS permaneceram a  
163 realizar-se nas segundas terças-feiras de cada mês, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de  
164 Saúde, às 19:00 e com duração máxima de duas horas e meia. Porém, cogitou-se a possibilidade destas  
165 reuniões passarem para a terceira terça-feira do mês e ocorrerem no auditório da Unimed ou então que  
166 ocorressem na Terceira Regional de Saúde, sendo esta opção descartada pelo fato de apresentar apenas  
167 salas de reuniões pequenas e a Câmara Municipal, descartada também pela questão de horários  
168 inviáveis para a presença dos conselheiros. **Quinto Item da Ordem do Dia** - Informes da Mesa Diretora  
169 e leitura dos ofícios recebidos: recebido um Convite para a aula inaugural do Curso de Formação  
170 Inicial para Agente Comunitário de Saúde: “Descentralização no Município de Ponta Grossa”, à  
171 realizar-se no Grande Auditório da UEPG, dia primeiro de fevereiro de 2007, às 19:00 horas. Recebido  
172 um ofício do Conselheiro José dos Passos Neto sobre a medicação disponibilizada na “Farmácia  
173 Popular do Brasil”. Recebido do Grupo Fauna, uma solicitação de 150 famílias sobre providências à  
174 respeito do Aterro Controlado Municipal. O Conselho Municipal de Saúde enviou um ofício para o  
175 Prefeito Municipal de Ponta Grossa com informações sobre as U.S.A. **Relato do Gestor Municipal:**  
176 Conforme solicitação da Conselheira Municipal de Saúde, Maria Lúcia Relato do Gestor Municipal foi

177 antecipado com a anuência da Plenária. A mesma notifica que está fazendo parte Coordenação  
178 Municipal de DST/AIDS e informa que estão sendo desenvolvidas ações em relação ao Carnaval e uso  
179 de preservativos; aproveita pra divulgar o CTA, Centro de Testagem e Aconselhamento, localizado  
180 junto ao SAE nas antigas dependências do Hospital 26 de Outubro, onde são realizados os testes para  
181 HIV/AIDS de segunda à sexta, das 11:00 às 16:00 horas. Comenta sobre a participação proveitosa no  
182 encontro sobre Direitos Humanos, DST/AIDS realizado em Brasília. **Relato das Comissões** – Atenção  
183 Básica: O Coordenador Calos Eduardo Coradassi informa que na próxima quarta-feira deverá ocorrer  
184 uma reunião desta comissão na sede do CMS, para montar um calendário de reuniões mas que ficará a  
185 confirmar; Acompanhamento de Sistemas Hospitalares e Especialidades: A coordenadora não estava  
186 presente mas esta comissão também não teve nenhuma reunião este ano. Conselhos Locais: o  
187 coordenador Paulo Facin questiona sobre a participação de alguns membros e faz um convite aos  
188 demais para estarem participando. Ética e Controle Social: Nenhum membro presente. Gestão de  
189 trabalho no SUS e Saúde do Trabalhador: Reuniu-se semana passada para elaboração do parecer.  
190 Orçamento: o Coordenador da Comissão, o Conselheiro Cleiber, sugere que sejam feitas reuniões  
191 através convocação para que haja uma maior participação. Cleiber sugere uma reunião para o dia seis  
192 de fevereiro, sendo questionado pelo Conselheiro João Fernando a respeito de revisão de horários, para  
193 que estes fiquem propícios a participação de todos. Cleiber deixa o horário em aberto, mas sugere  
194 novamente a realização da reunião no dia seis, às 17 horas. **Informes dos conselheiros:** a Conselheira  
195 Lenir pergunta a Mesa Diretora se no Relato do Gestor Municipal podem ser feitos os relatos do Gestor  
196 Estadual também, pois ela gostaria de reservar o espaço da próxima reunião para o relato de algumas  
197 ações importantes da Regional. Sendo assim, a Presidente Neumari explicou que o espaço era  
198 reservado justamente para esses fins, agradeceu a presença de todos e a reunião terminou as 20:55 hrs.